



O APOIO AÉREO APROXIMADO: DISTRORÇÕES DOCTRINÁRIAS, DESAVISO OU DESCONHECIMENTO?

Lauro Ney Menezes

Brigadeiro do Ar e atual Comandante da Academia da Força Aérea Brasileira.

A experiência (histórica) de combate da Força Aérea Brasileira é toda vinculada às Operações de Teatro. Em nenhum momento da vida operacional de nossa Organização, ela se defrontou com as dúvidas, imposições, doutrinas ou ações no campo aeroestratégico ou da defesa aérea.

Assim, a compreensão da "cousa tática" — como qualquer um de nós pode atestar até através de uma simples auto-análise de seu próprio comportamento de "combatente em potencial" — está "na massa do sangue" do aviador militar brasileiro. E ainda assim, nessa compreensão do panorama das ações no campo aerotático, temos sido induzidos a considerar que a tarefa que mais serve para justificar (?) a presença do Poder Aéreo no espaço da batalha tática é a de APOIO AÉREO APROXIMADO e não a de *Interdição* ou nem mesmo a nobre, inadiável (e sempre esquecida ou jamais lembrada) *conquista e manutenção da Superioridade Aérea* no Teatro! E explica-se...

No passado, nas lutas no Vale do Pó ou sobre Bologna, o inimigo aéreo estava definitivamente batido e, portanto, vedada sua atuação no espaço italiano ou até mesmo europeu. Engajaram-se, então, os nossos pilotos-de-caça na fase de imobilizar o inimigo de superfície dentro do Teatro negando sua movimentação dentro dele, para fora ou de fora para dentro dele. Era a tarefa de INTERDIÇÃO no seu apogeu. Lembrança que o próprio Exército Brasileiro ainda não esqueceu.

Além disso, dos conflitos entre forças de superfície engajadas na Linha de Contato vinha a constante (e jamais saciada) demanda de "apoio de fogo" para garantir a eliminação das posições de resistência inimigas e permitir a ruptura da frente que, em seguida, daria passagem às tropas aliadas (e brasileiras) que marchavam para a conquista da vitória final. Era a permanente e infundável tarefa de APOIO AÉREO APROXIMADO.

Essa é a nossa *herança de combate*: a atuação nas fases de isolamento do campo de batalha e na destruição do inimigo resistindo na "melée" da refrega, jurto à indefinida Linha de Contato.

Do pós guerra até a data de hoje ameahamos uma longa série de experiências simuladas (em montagens ou singulares), onde a situação de combate para o Poder Aéreo, além de não ser continuada, é sempre montada partindo da (confortável, mas inexistente) premissa de que a SUPERIORIDADE AÉREA JÁ ESTÁ ASSEGURADA PELA FORÇA AÉREA. E é isso que diz sempre o parágrafo 1 da Ordem de Operações...

É a revivência da herança histórica.

Respeitando a dificuldade de as Forças de Superfície (ou, às vezes, a mesmo da própria Força Aérea) montarem uma "situação antecipada", onde se mule a conquista do domínio do ar ANTES que qualquer ação de superfície possa desenrolar-se, assim mesmo não podemos deixar de condenar a "restrição intelectual" que impede que se veja aquilo que diz a própria Doutrina de Emprego.

Isto porque, por hábito, estão restringindo progressivamente o "emprego do Poder Aéreo"; o que significa dizer que, nem mesmo as demandas prioritárias de apoio que devem ser solicitadas às Forças de Superfície — para assegurar à Força Aérea suas ações na conquista do domínio do ar — estamos podendo equacionar perfeitamente. E isso é fácil comprovar perguntando: nas montagens de manobras, exercícios, trabalhos na carta, etc., vem a Força Aérea conseguindo fazer sentir às Forças de Superfície quanto às altas prioridades que devem ser *antecipadamente* asseguradas à Força Aérea, em termos de uso do sistema viário do Teatro, por exemplo, para suprir as Unidades engajadas na destruição prioritária do inimigo no Ar? E no que concerne às inadiáveis necessidades de Engenharia do Teatro para enfrentar o desdobramento imposto à Força Aérea para enfrentar a luta no ar? E o defesa anti-aérea das instalações usadas pela F Ae e vitais para seu desempenho no combate aéreo, etc., etc? Em suma, são conhecidas as ciclópicas necessidades de apoio da Força Aérea durante a execução da *primeira* das Tarefas Aerótáticas? E, se são conhecidas, conseguiu a Força Aérea sensibilizar as Forças de Superfície de forma que, em seu planejamento logístico e operacional, haja — pelo menos — uma interrogação no seu "check-list" do planejamento.

— "do que precisa a Força Aérea para destruir ou neutralizar a ameaça aérea do inimigo ANTES que esquematizemos não só o apoio da própria Força de Superfície à Força Aérea, mas também as ações ofensivas das Forças de Superfície? como isso interferirá nas operações do Teatro *como um todo*?"

Não há dúvida que a conquista da Superioridade Aérea no Teatro é de competência única e exclusiva do Poder Aéreo; ignorar os ônus operacionais e logísticos no equacionamento das ações no Teatro de forma global neles incluídos e destinados ao esforço aéreo, é, sem apelação, declarar a falência do nosso poder combatente antes que a batalha se inicie. Pelo hábito, pelo desconhecimento ou pela omissão.

Isso tudo assim considerado, conduz à nossa posição inicial de que a "exceção da tarefa de Apoio Aéreo Aproximado vem sendo vista por muitos como aquela que justifica (?) a presença do Poder Aéreo no desenrolar da batalha tática", a vez que só ela aparece nas cogitações do pré-planejamento de qualquer operação tática, combinada ou conjunta. Poderíamos jocosamente dizer que, no cumprimento das outras tarefas aerotáticas (nisso incluindo também as de defesa aérea e as geoestratégicas), nossos aviões *não são vistos*, pelos assistentes, enquanto que no Apoio Aéreo Aproximado... bem, eles estão logo ali, à vista... Logo existem!

Pois bem. Aceitar (quer seja por herança histórica, por comodismo, por transferência ou omissão) que o emprego do Poder Aéreo no campo aerotático se realiza somente através da execução das ações de "apoio direto de fogo" é negar a esse Poder sua capacidade de *definir* os conflitos armados, fato já historicamente comprovado. É, ainda, negar a evidência da manipulação de uma nova dimensão. O fim, é a volta, no túnel do tempo, à igualdade desoladora: avião + armamento = alcance do alcance da artilharia de campanha.

A flexibilidade e as diversas características do Poder Aéreo não podem mais ser entendidas como "utilidades". Elas são, sim, características únicas que garantem personalidade ímpar. É sobrevivência inquestionável.

É inadiável entender que ANTES que a Força Aérea dê o "Sinal verde" para a partida das operações de Superfície no Teatro de Operações — o que significa ter adquirido o *controle do ar* em nível adequado — NENHUMA das Forças envolvidas no conflito poderá adotar o *dispositivo ofensivo*: estaremos todos na *condição defensiva* uma vez que o inimigo ainda é o "Senhor do espaço".

Aqui cabe um tempo para meditar: se ainda discutimos aquilo que a Força Aérea considera *básico e elementar* e ÓBVIO e naquelas ações consideradas *conhecidas* (as aerotáticas), o que dizer do entendimento daquelas tarefas que somente para a Força Aérea (e desconhecida pelos outros)? O que realmente se entende pelas OPERAÇÕES DE DEFESA AÉREA e as AEROESTRATÉGICAS?...